

## INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: O QUE REVELAM OS MICRODADOS DO CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO PERÍODO 2009-2012

### **Resumo**

Este estudo tem por objetivo analisar os resultados das políticas de Educação Inclusiva para os alunos com necessidades educacionais especiais (NEE), em termos de ingresso no Ensino Superior. As informações foram obtidas mediante o acesso aos microdados do Censo da Educação Superior, segundo categoria administrativa e tipo de NEE, no período de 2009 a 2012. Os resultados mostram: baixo número de matrículas de pessoas com NEE no ensino superior; maior incidência de alunos com deficiência física, com deficiência visual e com deficiência auditiva; predomínio de matrículas em instituições privadas de ensino superior; que, apesar de ter havido um incremento no número de matrículas no Ensino Superior, sobretudo na iniciativa privada, o acesso aos alunos com NEE não acompanhou tal aumento.

**Palavras-chave:** Inclusão. Ensino Superior. Deficiência. Censo Escolar

**Danieli de Cássia Barreto Goessler**  
danielipsi@hotmail.com

Com este artigo, pretendemos discutir o acesso de pessoas com necessidades educacionais especiais<sup>1</sup> (NEE) no Ensino Superior. Na educação básica, este tema é abordado em diferentes pesquisas. No entanto, quando nos remetemos ao Ensino Superior há uma escassez de estudos que apresentem tais índices, bem como realizem a análise dos fatores que favorecem o ingresso e permanência destes alunos.

Para compreender este processo, realizamos uma breve retomada da inclusão na Educação Básica e como se desdobrou em termos legais para o Ensino Superior. Apresentamos também os dados de matrículas destes alunos no Ensino Superior, tendo como base os dados oficiais do Censo da Educação Superior realizados no período de 2009 a 2012.

Ao final do artigo, questionamentos são apresentados como pontos a serem investigados e que contribuiriam para justificar os índices encontrados a partir dos microdados da Educação Superior.

### Inclusão: marcos políticos e legais no percurso da Educação Básica ao Ensino Superior

A trajetória da inclusão na Educação Básica apresentou mudanças significativas a partir da década de 1990, onde se iniciaram os movimentos da inclusão. Segundo Kassar (2011), este período foi marcado pela influência de agências internacionais na elaboração de políticas educacionais, com um contexto para disseminação do discurso da educação inclusiva, como pode ser observado mediante os documentos “Declaração Mundial de Educação para Todos” (1990) e “Declaração de Salamanca” (1994).

A partir do ano 2000, ocorreram mudanças significativas na legislação que ampara as políticas de Educação Especial. Novamente, tem-se a influência de agências internacionais, como ficou explicitado na convenção da Guatemala (2001) e na Convenção de Nova Iorque (2006) (GARCIA; MICHELS, 2011).

---

<sup>1</sup> Neste artigo, para nos referirmos às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, optamos por utilizar o termo pessoas com “necessidades educativas especiais” e a sigla NEE para designá-las. Não há a intenção neste artigo de discutir qual terminologia seria mais adequada para abordar este grupo de pessoas.

No início da referida década, a Educação Especial ainda poderia ter o carácter de substituição do ensino comum, permitindo a possibilidade da educação segregada (GARCIA, 2013).

Com o documento “Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva” (2008), a educação especial passou a ser considerada uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de Educação. O público-alvo da Educação Especial foi restringido – contemplando apenas os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades (BRASIL, 2008).

De acordo com Moreira, Bolsanello e Seger (2011), apesar do sistema educacional estar amparado no discurso inclusivo, não houve impacto em práticas inclusivas, demonstrando um distanciamento entre as proposições teóricas/legais e o trabalho realizado no cotidiano escolar.

Em relação ao Ensino Superior, especificamente, o movimento pela inclusão também teve seu início na década de 1990. A primeira iniciativa foi dada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), por meio da Secretaria de Educação Especial (SEESP) e da portaria nº. 1.793/94 que indicou a inclusão da disciplina “Aspectos Ético-Político-Educacionais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais”, prioritariamente nos cursos de Pedagogia e Psicologia e demais licenciaturas. (MOREIRA; BOLSANELLO; SEGER, 2011).

Em 1996, por meio do Aviso Circular nº 277 MEC/GM, houve a solicitação às instituições de Ensino Superior que viabilizassem as condições de acesso aos candidatos com deficiência nos concursos vestibulares e também a flexibilização dos serviços educacionais, infraestrutura e capacitação de recursos humanos de modo a garantir a permanência de qualidade de tais alunos (BRASIL, 1996).

Ao final da década de 1990, a portaria nº1679/99 coloca como critério para credenciamento de instituições de Ensino Superior, autorização e reconhecimento de cursos, a verificação de questões de acessibilidade arquitetônica, existência de equipamentos em Braille e demais recursos indicados para pessoas com deficiência visual

e disponibilização de intérpretes de libras, adaptação no ensino da língua portuguesa para as pessoas com surdez (BRASIL, 1999).

O Decreto 3298/99, reforçou o compromisso das instituições de ensino superior de realizar adaptação de avaliações, disponibilizar tempo adicional para realização de provas e outros apoios necessários, além de garantir estas mesmas adaptações nos processos seletivos para ingresso nos cursos universitários. O mesmo decreto ainda preconizou a realização de instruções para que itens ou disciplinas relacionadas às pessoas com deficiência sejam incluídas nos programas de Educação Superior (BRASIL, 1999b; MOREIRA; BOLSANELLO; SEGER, 2011).

Em relação à formação de professores em nível de Ensino Superior, a resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE/ nº1/2002) propõe que os cursos de licenciatura devem contemplar conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais e as das comunidades indígenas (BRASIL, 2002).

Ao que se refere especificamente à deficiência auditiva, o Decreto Federal 5626/05 configurou-se em um marco em prol da inclusão, uma vez que reconheceu a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como língua, inserindo-a como obrigatória nas licenciaturas e no curso de Fonoaudiologia, e como optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional (BRASIL, 2005).

Um marco significativo para políticas públicas inclusivas no Ensino Superior ocorreu em 2005, com o lançamento do “INCLUIR” – Programa de Acessibilidade na Educação Superior, que se encontra vigente até o momento. De acordo com a página oficial do programa no MEC:

O Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir) propõe ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior (Ifes). O Incluir tem como principal objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas Ifes, os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação (BRASIL, 2014).

No período de 2005 a 2011, o programa efetivou-se por meio de chamadas públicas concorrenciais, que significaram o início da formulação de estratégias para identificação das barreiras ao acesso das pessoas com deficiência à educação superior. A partir de 2012, esta ação foi universalizada atendendo todas as IFES, induzindo, assim, o desenvolvimento de uma Política de Acessibilidade ampla e articulada (BRASIL, 2013).

### Censo da Educação Superior – Breve histórico

A coleta de dados do Censo da Educação Superior passou a ser disponibilizada pelo Instituto Anísio Teixeira (INEP) a partir do ano de 1995. O Censo reúne informações sobre as instituições de ensino superior, seus cursos de graduação presencial ou à distância, cursos sequenciais, vagas ofertadas, inscrições, matrículas, ingressantes e concluintes, além de informações sobre docentes e alunos nas diferentes formas de organização acadêmica e categoria administrativa.

No período de 1995 a 1999, o Censo não contemplava a investigação de alunos com deficiência. A partir do ano 2000, passou-se a identificar os alunos que eram “portadores de necessidades especiais”, sendo tais necessidades caracterizadas como “auditiva, visual, física, múltipla, mental, condutas típicas, altas habilidades e outras necessidades” (BRASIL, 2008b). O censo permaneceu com esta característica até o ano de 2008.

De 2009 em diante, outros fatores passaram a ser investigados no Censo, como o número de professores com deficiência, a disponibilidade de alguns tipos de tecnologia assistiva e principalmente, houve a mudança de termo para se referir aos alunos com necessidades especiais, passando a identifica-los como “alunos com deficiência” e nas especificações passou a citar os tipos de deficiência, contemplando a cegueira, surdez, deficiência física, baixa visão, deficiência auditiva, surdocegueira, deficiência múltipla e deficiência mental.

Apesar da mudança de nomenclatura, e nas especificações das deficiências, nos anos de 2009 e 2010 não são mencionados os casos de altas habilidades/superdotação,

nem de transtornos globais do desenvolvimento, mesmo sendo este público contemplado nas políticas de Educação Especial de acordo com o Documento Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008.

A partir de 2011 são incluídos os casos de altas habilidades/superdotação, transtornos globais do desenvolvimento, síndrome de Asperger, síndrome de Rett e Transtorno Desintegrativo.

## Metodologia

Os dados apresentados neste estudo foram selecionados a partir das informações do Censo da Educação Superior dos anos 2009 a 2012, disponíveis no portal do INEP. Tal recorte de período foi realizado, considerando-se a própria característica do Censo da Educação Superior, que a partir de 2009 passou a investigar questões específicas relacionadas à deficiência e outras necessidades educacionais especiais com uma configuração comum aos anos de 2009, 2010, 2011 e 2012, que possibilita a análise quantitativa dos dados e a comparação entre os anos.

Para a análise quantitativa dos referidos dados, foi utilizado o software estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), e o banco de dados da pasta “aluno” de cada um dos anos mencionados. O SPSS permitiu a realização do cruzamento das variáveis por categoria administrativa, presença de deficiência e tipo de deficiência.<sup>2</sup>

## RESULTADO E DISCUSSÃO

A seguir, apresentaremos alguns dados gerais, baseados no Censo Demográfico do IBGE que nos ajudarão a compreender e analisar os dados do Censo da Educação Superior.

**Tabela 1-** População com deficiência no Brasil: Censo Demográfico (2010)

<sup>2</sup> O cruzamento realizado no programa SPSS levou em consideração às seguintes variáveis: categoria administrativa (*co\_categoria\_administrativa*), presença de deficiência (*in\_aluno\_deficiencia*) e tipo de deficiência (*in\_def\_auditiva*; *in\_def\_fisica*; *in\_def\_intelectual*, *in\_def\_multipla*; *in\_def\_surdez*; *in\_def\_surdocegueira*; *in\_def\_baixavisao*; *in\_def\_cegueira*; *in\_def\_superdotacao*; *in\_tgd\_autismo\_infantil*; *in\_tgd\_sindrome\_asperger*; *in\_tgd\_sindrome\_rett*; *in\_tgd\_transtor\_desintegrativo*). Todas as variáveis encontram-se descritas no LEIA-ME de cada ano do Censo da Educação Superior

População Brasileira – Censo Demográfico 2010	
Pessoas com algum tipo de deficiência	45.606.048
Pessoas que não possuem deficiência	145.084.976
<b>TOTAL</b>	<b>190.755.799</b>

Fonte: IBGE/2010 – Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>

De acordo com os dados do IBGE, do Censo Demográfico de 2010, apresentados na Tabela 1, verificamos que mais de 45 milhões de brasileiros declararam possuir algum tipo de deficiência, representando aproximadamente 24% da população.

O censo englobou os casos de pessoas que declararam ter dificuldade para enxergar mesmo fazendo uso de óculos/lentes corretivas e que foram classificados como “deficientes visuais-alguma dificuldade”. Se retirarmos aproximadamente 29 milhões de pessoas que se enquadram nesta situação de acordo com o IBGE (IBGE, 2010), ainda temos 16 milhões de pessoas com deficiência, representando 8% da população<sup>3</sup>.

Destas 16 milhões de pessoas com deficiência, apenas uma parcela ínfima consegue ter acesso ao Ensino Superior. Conforme observamos na tabela 2, em 2009, de um total de quase 7 milhões de matrículas no Ensino Superior, apenas 23.135 são representados por alunos com deficiência e outras necessidades especiais. Isto significa 0,33%, do total de matrículas totais.

Nos anos subsequentes é possível perceber a mesma tendência, já que no ano de 2010, havia um total de 25.205 matrículas de alunos com NEE (NEE), o que representa 0,30% das matrículas totais referentes ao ensino superior. No ano de 2011, o número de alunos com NEE representava 0,32% do total de matrículas, com 29.033 matrículas. Por fim, no ano de 2012, verificamos um pequeno acréscimo no número de matrículas de alunos com NEE, com um total de 34.656 alunos, representando 0,36% do total de matrículas no ensino superior. Ao analisar a trajetória dos anos assinalados, percebemos um crescente aumento no número de matrículas, ainda que tais índices sejam inferiores a 1% do total de matrículas.

<sup>3</sup> Não encontramos nos dados censitários, as informações sobre a quantidade de pessoas com altas habilidades/superdotação e transtornos invasivos do desenvolvimento, que também são público-alvo das políticas públicas da Educação Especial, juntamente com as pessoas com deficiência,

**Tabela 02** - Número total de matrículas de alunos e número de alunos que possuem necessidades especiais, por categoria administrativa no Ensino Superior em 2009-2012.

CATEGORIA ADMINISTRATIVA	2009		2010		2011		2012	
	Total de matrículas	NEE	Total de matrículas	NEE	Total de matrículas	NEE	Total de matrículas	NEE
<b>Pública (TOTAL)</b>	<b>1685860</b>	<b>6904</b>	<b>1985985</b>	<b>7776</b>	<b>2132207</b>	<b>7525</b>	<b>2174236</b>	<b>9159</b>
Pública Federal	929714	4501	1159627	5134	1249778	5162	1352632	6775
Pública Estadual	624261	2107	698167	2361	730024	2048	745846	2295
Pública Municipal	131885	296	128191	281	152405	315	75758	89
<b>Privada (TOTAL)</b>	<b>5296158</b>	<b>16231</b>	<b>6351234</b>	<b>17429</b>	<b>6829517</b>	<b>21508</b>	<b>7391247</b>	<b>25497</b>
Privada com fins lucrativos	4074930	13634	2697869	8264	3026210	9906	3569232	9742
Privada sem fins lucrativos Especial	829038	1453	3653365	9165	3803307	11602	3663894	15065
<sup>4</sup> (privada comunitária)	392190	1144	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	158121	690
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>6982018</b>	<b>23135</b>	<b>8337219</b>	<b>25205</b>	<b>8961724</b>	<b>29033</b>	<b>9565483</b>	<b>34656</b>
<b>Porcentagem</b>	<b>100%</b>	<b>0,33%</b>	<b>100%</b>	<b>0,30%</b>	<b>100%</b>	<b>0,32%</b>	<b>100%</b>	<b>0,36%</b>

**Fonte:** Elaboração própria a partir dos microdados Censo Educação Superior (MEC/INEP 2009, 2010, 2011 e 2012)\* N.D. - Não declarada tal informação neste Censo.

Dando continuidade a análise da Tabela 2, é possível identificar que no ano de 2009 aproximadamente 70% dos alunos com NEE (16.231 matrículas) encontram-se nas redes privadas de ensino, sendo que destas matrículas, 13.634 advém da rede privada com fins lucrativos, representando aproximadamente 84% das matrículas totais da população com NEE matriculada na rede privada. No sistema público educacional, verificamos um total de 6.904 alunos com NEE, representando aproximadamente 30%

<sup>4</sup> 4 Sob a designação de comunitárias, encontra-se uma série de universidades privadas sem fins lucrativos, laicas ou confessionais. De acordo com o site da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias, trata-se de instituições sem fins lucrativos, que desenvolvem ações essencialmente educacionais, como ensino, pesquisa e extensão, com notória excelência em suas atividades e com preocupação com a comunidade. Atualmente existem 63 instituições nesta modalidade. (ABRUC, 2014). Desconhecemos os motivos pelos quais o INEP fez a distinção destas instituições nos Censos da Educação Superior de 2009 e 2012, e omitiram as informações em 2010 e 2011. Nos anos em que tais dados foram omitidos, consideramos que tais instituições foram contempladas na categoria privada sem fins lucrativos.



das matrículas, sendo que a maioria, 4.501 alunos está presente na rede pública federal (65%).

Em 2010, 69% das pessoas com NEE (17.429) estão matriculadas no sistema privado de ensino. Dessas matrículas, 9.165 encontram-se na rede privada sem fins lucrativos (52%). Na rede pública, foi constatado um total de 7.776 matrículas, aproximadamente, 31% dos alunos com NEE no ensino superior, sendo que a maioria encontra-se na esfera federal, com 66% das matrículas.

Já no ano de 2011, verificamos que aproximadamente 74% de alunos com NEE estão matriculados no sistema privado de ensino, com um total de 21.508 matrículas. Vale ressaltar, que dessas matrículas aproximadamente 54% (11.602 matrículas) pertencem à rede privada sem fins lucrativos. No ensino público, verifica-se um total de 7.525 matrículas (26% das matrículas de alunos com NEE no ensino superior). Nota-se que 5.162 dessas matrículas referem-se ao sistema público federal, com 68% dos alunos com NEE matriculados no ensino público brasileiro.

No ano de 2012, assim como em 2011, 74% de alunos com NEE estão na rede privada de ensino, com 25.497 matrículas. Desses, 15.065 alunos estão matriculados na rede privada sem fins lucrativos (59%). Na rede pública, verifica-se um total de 9.159 matrículas, aproximadamente 26% da população com NEE no ensino superior, sendo que a maioria desses alunos encontra-se na esfera pública federal (74%).

Nos quatro anos analisados, comparando-se os valores totais de matrículas no Ensino Superior, é possível identificar que houve um aumento no número de vagas no Ensino Superior, saltando de 6.982.018 (2009) para 9.565.483 (2012), representando um aumento de 2.583.465 vagas. Um dado interessante é que, deste aumento, 2.095.089 ocorreram na categoria administrativa privada enquanto apenas 488.376 das vagas se referem à esfera pública de Ensino Superior. Assim, nos últimos anos, o aumento no número de vagas no Ensino Superior brasileiro aconteceu predominantemente na rede privada de ensino.

Quando transportamos tal análise para o número de vagas preenchidas por pessoas com NEE, verificamos que houve um aumento de 49,8% se compararmos o ano

de 2012 com 2009, representando um incremento de 11.521 vagas preenchidas por este público específico. Destas 9.266 estão na esfera privada e 2.255 na esfera pública.

**Tabela 03** - Porcentagem de matrículas de alunos com necessidades especiais (em relação ao total de matrículas ofertadas), por categoria administrativa no Ensino Superior no período de 2009- 2012

CATEGORIA ADMINISTRATIVA	2009	2010	2011	2012
<b>Pública (TOTAL)</b>	<b>0,41%</b>	<b>0,39%</b>	<b>0,35%</b>	<b>0,42%</b>
Pública Federal	0,48%	0,44%	0,41%	0,50%
Pública Estadual	0,34%	0,34%	0,28%	0,31%
Pública Municipal	0,22%	0,22%	0,21%	0,12%
<b>Privada (TOTAL)</b>	<b>0,31%</b>	<b>0,27%</b>	<b>0,31%</b>	<b>0,34%</b>
Privada com fins lucrativos	0,33%	0,31%	0,33%	0,27%
Privada sem fins lucrativos	0,18%	0,25%	0,31%	0,41%
Especial (privada comunitária)	0,29%	N.D.*	N.D.*	0,44%

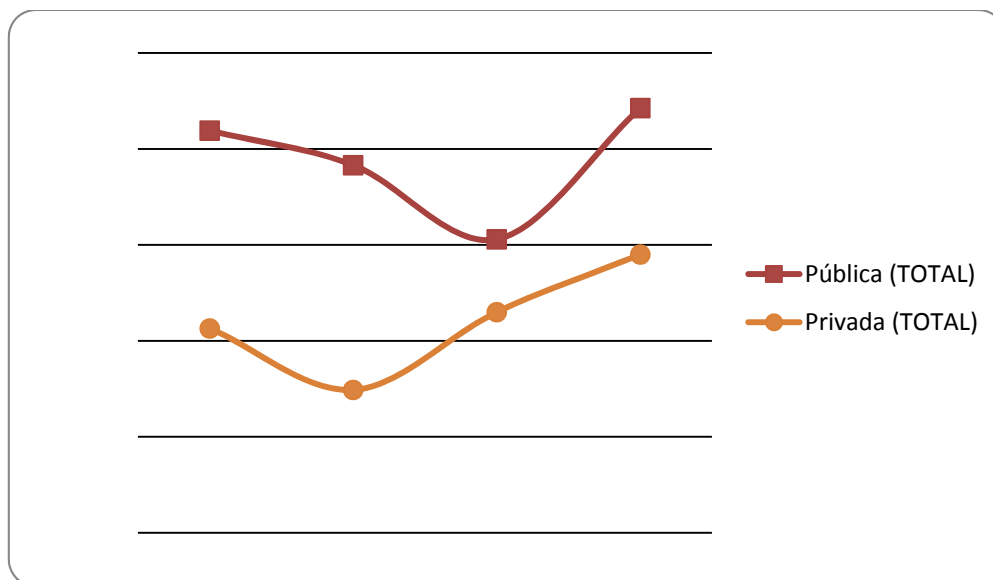
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados Censo Educação Superior (MEC/INEP 2009-2012)

\* N.D. - Não declarada tal informação neste Censo.

De acordo com os dados organizados na tabela 3, podemos compreender como está a distribuição de matrículas de pessoas com NEE, proporcionalmente ao número total de matrículas em cada ano específico. No ano de 2009, 0,41% das matrículas no sistema público de ensino destinava-se aos alunos com NEE, enquanto 0,31% das matrículas no sistema privado representavam tais alunos. Em 2010, percebemos um pequeno decréscimo na porcentagem das matrículas dos alunos com NEE, desse modo, 0,39% encontravam-se no sistema público e 0,27% no privado.

No ano de 2011, verificamos um decréscimo na porcentagem das matrículas de alunos com NEE no ensino superior público (0,35%), a mais acentuada do período analisado, e um ligeiro aumento na porcentagem de matrículas da esfera privada (0,31%) igualando-se aos índices apresentados em 2009. Neste ano, na esfera pública, articulando aos dados da Tabela 2, percebemos que houve a diminuição de 249 alunos com NEE na categoria pública.

Em 2012, há um acréscimo na porcentagem de matrículas referente a essa população, com 0,42% das matrículas no ensino público e no privado 0,34%. Tais dados podem ser observados com maior precisão no Gráfico 1:



**Gráfico 1** - Porcentagem de matrículas de alunos com necessidades especiais, em relação ao total de vagas de cada ano, por categoria administrativa no Ensino Superior no período de 2009- 2012.

Assim, articulando os dados apresentados na Tabela 2, Tabela 3 e Gráfico 1, podemos identificar que o número absoluto de matrículas de pessoas com NEE é mais expressivo na categoria privada de ensino. Por outro lado, ao cotejarmos os dados de matrícula de alunos com NEE como o total de matrículas no ensino superior público e privado observamos que, proporcionalmente, no ensino público esta população representa 0,42% do total e no ensino privado 0,34%. Significa dizer que, ainda que em números absolutos o ensino privado se responsabilize para educação da maioria dos alunos com NEE, proporcionalmente o ensino superior público conta com maior representatividade.

**Tabela 04** - Número de matrículas de alunos por necessidade especial e categoria administrativa no Ensino Superior no período de 2009-2012.

CATEGORIA ADMINISTRATIVA	2009		2010		2011		2012	
	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
Cegueira	515	2548	724	3233	659	4082	664	4522
Baixa Visão	3586	3295	3128	4164	2946	4449	3683	4716
Surdez	681	1599	690	2203	615	1452	692	1505
Deficiência Auditiva	499	4708	806	2373	1017	4048	1162	6302
Deficiência Física	1478	3501	2178	4891	2012	5720	2540	6467
Surdocegueira	86	124	75	207	85	126	81	90
Deficiência Múltipla	237	316	336	207	298	687	288	378
Deficiência Intelectual	132	408	208	389	205	392	235	509
Autismo Infantil	*	*	*	*	1	48	5	187
Síndrome de Asperger	*	*	*	*	3	32	6	40
Síndrome de Rett	*	*	*	*	1	31	3	24
Transt. Desint. Da Infância	*	*	*	*	2	51	9	53
Superdotação	*	*	*	*	59	1139	82	1288
<b>TOTAL</b>	<b>7214</b>	<b>16499</b>	<b>8145</b>	<b>17667</b>	<b>7903</b>	<b>22257</b>	<b>9450</b>	<b>26081</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados Censo Educação Superior (MEC/INEP 2009-2012)

\* N.D. - Não declarada tal informação neste Censo.

Ao analisar os dados por necessidade educacional especial, conforme dispostos na Tabela 4, verificamos que, em 2009, os números mais expressivos de matrículas são de baixa visão (6.881 matrículas: 3.586 na rede pública e 3.295 na privada), seguido por deficiência auditiva e física. São 5.207 matrículas de alunos com deficiência auditiva, com uma maior incidência na rede privada, com 4.708 (94%) e 499 na pública (6%). Em relação à deficiência física verificamos um total de 4.979 matrículas, sendo que 3.501, 70% estão na rede privada e 1.478, 30% na rede pública.

No ano de 2010, a maior incidência de matrículas de alunos com NEE no ensino superior foi de alunos com baixa-visão, com um total de 7.292 matrículas (4.164 no

sistema privado e 3.128 no público). Na sequência, notamos uma incidência significativa de alunos com deficiência física e cegueira; são 7.069 alunos com deficiência física (69%, 4.891 na rede privada e 31%, 2.178 no público). Em relação aos alunos com cegueira, verifica-se 3.957 matrículas, com 3.233 (82%) no sistema privado e 724 (18%) no público.

Em 2011, os números mais expressivos de matrícula destinam-se a sujeitos com deficiência física (7.732 matrículas), baixa-visão (7.395) e deficiência auditiva (5.065). Com relação aos alunos com deficiência física aproximadamente 74% (5.720) estão matriculados na rede privada e 26% (2.012) na rede pública. Dos alunos com baixa-visão 4.449 (60%) estão no ensino privado e 2.946 (40%) no público.

No ano de 2012, a deficiência com maior incidência é deficiência física, com 9.007 matrículas, sendo que 6.467 (72% das matrículas) estão no ensino privado e 2.540 (28%) estão no ensino público. Na sequência, nota-se um número expressivo de alunos com baixa-visão: 8.399, dessas matrículas 4.716 (54%) estão no sistema privado de ensino e 3.683 (46%) no sistema público de ensino. A deficiência auditiva apresenta 7.464 matrículas no ensino superior neste mesmo ano, com um total de 84% das matrículas (6.302) na rede privada e 16% (1.162) no público.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito do presente artigo foi analisar os índices de matrículas de alunos com NEE no Ensino Superior, a partir dos microdados do Censo Escolar dos anos de 2009, 2010, 2011 e 2012, disponibilizados pelo INEP, Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Atualmente, o discurso inclusivo vem, constantemente, ampliando-se, são muitas as políticas, pesquisas e debates que debruçam sobre a temática dos alunos com NEE em diversos níveis, etapas e modalidades de ensino.

No entanto, nem mesmo a inclusão sendo amplamente difundida, no que se refere ao direito de todos à educação, vem sendo capaz de dar oportunidades iguais de estudo a essa população específica. Os dados apresentados na pesquisa mostram que o número de pessoas com NEE que ingressam no ensino superior é ínfimo, já que nos anos de 2009

até 2012, a porcentagem de estudantes com NEE não excedeu 0,44%, comparado ao número total de matrículas no ensino superior.

Ao analisar os índices de matrículas de alunos com NEE ao longo dos quatro anos, verificamos que dentro desse pequeno percentual, a maioria das matrículas encontra-se nas redes privadas de ensino.

Assim, apesar de ter um incremento de mais de 2 milhões e meio no número de matrículas do Ensino Superior nos anos de 2009-2012, e destes, mais de 2 milhões serem especificamente na iniciativa privada, deveria existir um número muito maior de pessoas com NEE matriculadas na iniciativa privada, para que acompanhasse o crescimento deste índice.

Outra informação importante constatada mediante a análise dos dados trata-se do fato do percentual de matrículas de alunos com NEE na esfera pública ser mais expressiva na Rede Federal do que nas esferas estaduais e municipais.

Por se tratar de um estudo preliminar, nos faltam informações para justificar os índices de matrículas tão baixos, mas não podemos deixar de indicar que a precariedade do acesso ao Ensino Superior da pessoa com NEE é consequência de um processo de escolarização precário e excludente. Os resultados apresentados indicam que esta dificuldade de acesso não se refere apenas às pessoas com deficiência, mas a população brasileira. Enquanto aproximadamente 7% da população brasileira tem acesso ao ensino superior (IBGE, 2010), a estimativa - considerando dezesseis milhões de brasileiros que declararam *não consigo de modo algum ou com grande dificuldade* no Censo Demográfico 2010 - é que apenas 0,2% da população com algum tipo de deficiência tenha acesso a este nível de ensino.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUC – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS – **Instituições Comunitárias de Ensino Superior**. Portal ABRUC. 2014. Disponível em: <<http://www.abruc.org.br/>> Acesso em: 22 mar. 2014.

BRASIL. Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 23 dez. 2005.

\_\_\_\_\_. **Programa Incluir. Edital nº 3, de 26 de Abril de 2007**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **DECRETO No 3.298, de 20 de dezembro de 1999**: Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, 1999b. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec3298.pdf>> Acesso em 23 mar. 2014

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Documento Orientador Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior SECADI/SESU-2013**. Brasília: 2013. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=495&id=12257&option=com\\_content&view=article](http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=495&id=12257&option=com_content&view=article)>. Acesso em: 22 mar. 2014

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Leia-me - Censo da Educação Superior 2008**. Brasília: 2008b. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-acessar>.> Acesso em: 01 mar. 2014

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior 2009**. Brasília: 2009. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-acessar> > Acesso em: 01 mar. 2014

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior 2010**. Brasília: 2010. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-acessar> >. Acesso em: 01 mar. 2014

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior 2011**. Brasília: 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-acessar>> Acesso em: 01 mar. 2014

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior 2012**. Brasília: 2012. Disponível em:< <http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-acessar>> Acesso em: 01 mar. 2014

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>> Acesso em: 18 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Portaria Ministerial n. 1.679/99**. Dispõe sobre os requisitos de acessibilidade à pessoa portadora de deficiência para instruir processos de autorização e reconhecimento de cursos e de credenciamentos de instituições. Brasília, 1999. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1\\_1679.pdf](http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1_1679.pdf)> Acesso em 23 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação/Gabinete do Ministro (GM). **Aviso Circular nº 277**. Brasília: MEC/GM, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aviso277.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. **Programa Incluir**. Portal Mec. 2014. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=495&id=12257&option=com\\_content&view=article](http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=495&id=12257&option=com_content&view=article)> Acesso em: 22 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CP n. 1, de 19 de fevereiro de 2002**. Institui diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: 2002. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1\\_2.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf)> Acesso em: 23 mar. 2014.

GARCIA, R. M. C. Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.18, n.52, p. 101-119, 2013.

GARCIA, R. M. C.; MICHELS, M. H. A política de educação especial no Brasil (1991-2011): uma análise da produção do GT15 - educação especial da ANPED. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 17, n. spe1, Ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S141365382011000400009&lng=en&nrm=iso>>. Acesso em 20 jul. 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados Censo Demográfico 2010**. 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=cd&o=13&i=P&c=3425>>. Acesso em: 13 abr. 2014.

KASSAR, M. de C. M. Percursos da constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 17, n. spe1, Ago. 2011. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141365382011000400005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141365382011000400005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 19 Jul. 2013.

MOREIRA, Laura Ceretta; BOLSANELLO, Maria Augusta; SEGER, Rosangela Gehrke. Ingresso e permanência na Universidade: alunos com deficiências em foco. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 41, set. 2011. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010440602011000300009&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440602011000300009&lng=pt&nrm=iso)> acesso em 01 mar. 2014.